

Dias Carcanholo, Marcelo. **Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico**. En: *Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização* (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005.

Disponibile en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico

Marcelo Dias Carcanholo*

1- Acumulação de Capital na Periferia: dependência, superexploração da força de trabalho e capital fictício.

Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência frente a choques externos (vulnerabilidade externa), e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracterizaria o subdesenvolvimento dessas economias¹.

A percepção convencional, a partir dessa constatação factual, tende a conceber a situação de subdesenvolvimento como sendo equivalente à ausência de desenvolvimento, isto é, como um “atraso” em relação às experiências históricas de desenvolvimento. Assim, seria possível extrair modelos de desenvolvimento das experiências de economias avançadas, com a definição de estágios que pudessem superar o atraso e atingir a modernidade. Mesmo concepções um pouco mais críticas, como a visão clássica da Cepal, entenderam desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos *quantitativamente* diferenciados, podendo resolver o segundo com medidas corretivas, no plano do comércio internacional, e por uma política econômica adequada, que dependeria das situações concretas vivenciadas pela economia mundial².

Restrição ao crescimento, fragilidade financeira, vulnerabilidade externa e perfil concentrado de renda e riqueza seriam, dessa forma, anomalias das economias periféricas, passíveis de correção por arranjos internacionais e/ou políticas econômicas adequadas, ortodoxas ou não, dependendo da filiação teórica dos proponentes.

O que esse tipo de perspectiva não consegue captar é que *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo

* Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ A nomenclatura para essa situação varia de acordo com as circunstâncias/conjunturas político-econômicas de cada momento. As economias nessa situação já foram chamadas de subdesenvolvidas, em vias de desenvolvimento, periféricas, “mercados emergentes”, dentre outros neologismos.

² No contexto de formação da Cepal, as políticas econômicas defendidas como “corretas” estavam ligadas ao projeto industrializante de substituição de importações.

antagonismo como pela complementaridade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial.

A dialética do desenvolvimento, assim percebida, concebe que o subdesenvolvimento de alguns países/regiões resulta precisamente do que determina o desenvolvimento dos demais. A lógica de acumulação de capital em escala mundial possui características que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento de determinadas economias e o subdesenvolvimento de outras. É a esta dependência dos países periféricos, frente à acumulação de capital, *centrada* em determinadas regiões, que a teoria da dependência chamou a atenção³.

A partir dessa perspectiva, todas as características de uma economia periférica, citadas anteriormente, possuem um caráter estrutural, determinado pela própria condição de dependência, não passíveis de superação/solução pelo mero manejo “adequado” do instrumental de política econômica.

O conceito de dependência, assim entendido, implica uma situação em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a quem está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais. Essa condição, portanto, representaria uma subordinação externa, mas com manifestações internas nos “arranjos” social, político e ideológico⁴.

Marini (1977: 18) sintetiza o significado da dependência:

“...relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia”.

Isso não é o equivalente à constatação óbvia, e quase tautológica, da interdependência entre as diversas economias no cenário mundial. Quando essa interdependência implica no país dominante expandir-se (crescer) auto-sustentadamente, enquanto os outros só o fazem como reflexo dessa expansão, tendo efeitos positivos e

³ Referimo-nos aqui à Teoria da Dependência na sua versão marxista como pode ser encontrada em Marini (1977), Santos (1970) e Santos (2000).

⁴ Santos (1970) identificou três formas históricas de dependência: (i) colonial; (ii) financeiro-industrial; e (iii) tecnológico-industrial do pós-guerra, sob a liderança das empresas transnacionais. A identificação da atualidade neoliberal como uma nova forma histórica de dependência financeira poderia ser tematizada.

negativos no seu desenvolvimento, define-se a condição de dependência. Dessa forma, o subdesenvolvimento não seria um primeiro estágio de evolução rumo à modernidade desenvolvida, mas, ao contrário, característica antagônica e complementar ao processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista⁵.

2- Condicionantes da dependência e superexploração da força de trabalho

Entendendo assim o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como um par dialético, têm-se os dois fenômenos como qualitativamente diversos – ao invés de uma mera diferenciação quantitativa, contornável através da superação de estágios de desenvolvimento – e marcados pelo antagonismo e a complementaridade. Antagonismo justamente por se tratarem de situações distintas dentro da lógica de acumulação capitalista mundial, mas complementares por serem necessariamente elementos constitutivos dessa lógica.

De um ponto de vista esquemático, e correndo todos os riscos reducionistas deste tipo de procedimento, é possível identificar três condicionantes histórico-estruturais da dependência: (i) o fato empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes – geralmente produtos primários e/ou com baixo valor agregado – *vis a vis* os preços dos produtos industriais e/ou com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; (ii) remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela simples razão dos primeiros importarem capital dos últimos; (iii) instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes e colocando os países dependentes periféricos a mercê do ciclo de liquidez internacional.

Marini (1977) procura explicar os mecanismos de transferência de valor inerentes ao condicionante (i) a partir de dois lados. Em primeiro lugar, operam os mecanismos internos a uma mesma esfera de produção. Como as mercadorias tendem a ser vendidas a

⁵ A influência da teoria marxista do imperialismo é inegável, uma vez que o subdesenvolvimento é uma consequência e uma parte do processo de concentração/centralização do capital, em escala mundial.

partir do valor de mercado, isto é, do valor referente às condições médias de sua produção (produtividade média), e os países dependentes possuem padrões de produtividade inferiores aos países do centro, ocorre a transferência de valor excedente (mais-valia extra) da periferia para o centro por conta do processo de concorrência entre os capitais externos e internos, dentro de uma mesma esfera de produção. Em segundo lugar, opera o processo de concorrência entre distintas esferas de produção. Esse processo de concorrência reflete a entrada e saída de capitais de várias esferas, conforme as diferentes taxas de lucro vigentes nessas esferas, o que tende a igualar as taxas de lucro. Entretanto, o monopólio de produção de mercadorias com maior valor agregado no centro faz com que os capitais externos possam vender seus produtos a um preço que supera aquele que prevaleceria com iguais taxas de lucro, definindo também um mecanismo de transferência de valor. Esses dois mecanismos operam dentro do condicionante (i) de dependência.

Adicionalmente, dada a característica atual de aprofundamento da desregulamentação e abertura financeira, deve-se ressaltar o funcionamento de outro mecanismo de transferência de valor, além daquele próprio do comércio internacional de mercadorias. O capital externo, na forma de investimento direto, tende a repatriar lucros e dividendos, e, portanto, remete valor criado na periferia para o centro. Por outro lado, na sua forma de endividamento, implica a transferência de valor a partir do pagamento de juros e amortizações de dívida. Por fim, a dependência tecnológica também coloca a transferência de valor produzido na periferia para o centro na forma de pagamento de royalties.

De um ponto de vista histórico, pode-se afirmar que, do período pré-capitalista até a consolidação inicial do modo de produção capitalista, os países desenvolvidos extraíam o excedente produzido na periferia através da expropriação, dentro da acumulação primitiva de capital. Mais tarde, nas regiões periféricas, a extração do excedente passa a se dar por meio dos fluxos comerciais, dentro dos mecanismos de transferência de valor já observados, da expansão do capital que conduz à extração da mais-valia localmente, através dos investimentos diretos estrangeiros, e da desregulamentação interna e externa dos fluxos de capitais.

Esses elementos condicionantes da dependência provocam uma forte saída estrutural de recursos, levando a recorrentes problemas de estrangulamento externo e

restrições externas ao crescimento. A única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir seria aumentar a sua produção de excedente. Assim, ainda que uma parcela crescente desse excedente seja apropriada e, portanto, acumulada, externamente, o restante (a partir da taxa de lucro interna) pode sustentar uma dinâmica de acumulação interna, mesmo que restringida e dependente. A forma associada à condição de dependência para elevar a produção de valor é a superexploração da força de trabalho, o que implica no acréscimo da proporção excedente / gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho.

Ou seja, os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia que é apropriado no centro da acumulação mundial, e a dinâmica capitalista na periferia é garantida pela superexploração da força de trabalho, ao invés de bloquear esses mecanismos de transferência de valor.

Marini (1977: 37) resume o processo:

“lo que aparece claramente, pues, es que las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y el valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redobrado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, através del recurso a una mayor explotación del trabajador”.

Com essa dinâmica de acumulação de capital, o capitalismo dependente pode crescer, contornando sua restrição externa⁶. Entretanto, com esse quadro, fica fácil entender como essa dinâmica traz consigo as conseqüências inevitáveis da dependência: distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes.

A superexploração da força de trabalho não coloca, em princípio, empecilhos para a acumulação interna de capital, ao restringir o consumo da força de trabalho, porque sua dinâmica de realização pode depender do mercado externo e/ou de um padrão de consumo que privilegie as camadas média e alta da população. Neste último caso, entretanto, o incremento dos lucros pode ser direcionado não como demanda interna (sem contrapartida

⁶ A resposta periférica à sua condição dependente é mais atual do que nunca, no sentido de que “nas economias subdesenvolvidas, os ganhos de produtividade foram obtidos principalmente através do aumento nas taxas de desemprego, da jornada de trabalho e da precarização dos trabalhadores” (Nakatani, 2002: 01).

de produção interna), mas orientado para aumento de importações, seja de bens de consumo para essas camadas da população, seja para meios de produção necessários para a acumulação. Tanto um caso quanto o outro complexificam os déficits estruturais de balanço de pagamentos, formas de manifestação dos mecanismos de transferência de valor. Logo, a manutenção de taxas de crescimento sustentadas na periferia recolocam de forma ampliada os seus condicionantes restritivos. A condição de dependência é estrutural (própria da lógica de acumulação mundial) e tende a se aprofundar, justamente porque esses condicionantes são reforçados por essa própria lógica.

A esta perspectiva teórica da dependência são associadas erroneamente ao menos duas teses que lhe são estranhas. Por um lado, afirma-se que essa perspectiva supervaloriza os fatores externos (de dependência), em detrimento dos fatores internos. Ao contrário, se, de fato a dependência é um fenômeno externo, suas manifestações e arranjos internos não possuem papel secundário. A aliança e o conflito entre as classes internas, sem desconsiderar a adesão destas à ideologia e aos projetos das classes externas, assim como a luta política que é correlata, são determinantes⁷, por exemplo, na opção de inserção externa passiva dos países latino-americanos nas últimas décadas. A implementação das políticas neoliberais de abertura externa e desregulamentação dos mercados, que aprofundam a dependência, pode ser entendida como fruto de uma conformação entre os interesses da classe dominante da região e os imperativos político-ideológicos do centro da economia mundial, implícitos no Consenso de Washington.

Por outro lado, também é atribuído erroneamente à teoria da dependência o que se chama de estagnacionismo. Afirma-se que, a partir dos condicionantes da dependência (restrição e estrangulamentos externos), a economia dependente não teria como crescer, definindo uma tendência à estagnação crônica. Isso, como visto, é falso. Afirmar que subdesenvolvimento e desenvolvimento são elementos de um mesmo processo contraditório de acumulação de capital⁸ não significa que a economia dependente não possa

⁷ Neste ponto específico não se pode desconsiderar que, em cada país/região periférico, as condições de formação e desenvolvimento das classes dominantes locais são específicas, de forma que é possível tanto a constituição de uma classe dominante local altamente vinculada a interesses externos, até uma associação mais explícita entre as duas. As especificidades de formação e desenvolvimento também são importantes no que diz respeito à classe trabalhadora.

⁸ É nisto, basicamente, que consiste a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento segundo Frank (1980). Sobre isso, Marini (1992: 88) afirma que “o subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; nesse sentido, ele

crescer, mas que, quanto mais cresce, no alicerce da superexploração da força de trabalho, mais aguça as diferenças específicas do capitalismo central. Dessa forma, em situação de dependência, maior desenvolvimento capitalista, com o crescimento da economia dependente, implica maior dependência⁹, o que não é sinônimo de estagnação.

A teoria da dependência, assim entendida, em nada se parece com a abordagem da interdependência presente em Cardoso & Faletto (1970). Entender a relação da economia periférica com a economia mundial enquanto interdependência significa defender a possibilidade de um desenvolvimento capitalista associado. Para essa perspectiva, seria possível um desenvolvimento capitalista periférico, associado a regimes políticos liberais e democráticos, que amenize os efeitos da dependência com políticas sociais compensatórias e consiga uma certa elevação do emprego nas fases de crescimento do ciclo mundial. Para esse pensamento, os inimigos do desenvolvimento periférico seriam as forças internas que impedem a economia periférica de aproveitar as oportunidades de associação com o ciclo econômico do centro sistêmico, a saber, o *populismo* e o *corporativismo*¹⁰.

Qual é a proposta de associação com o centro capitalista? Uma vez que este tem a possibilidade de exportar capitais, em determinadas conjunturas cíclicas, caberia à periferia oferecer condições para o crescimento desse fluxo de capital externo, nos momentos favoráveis da conjuntura mundial, que teria duas funções básicas. Por um lado, o capital externo superaria a escassez de divisas que caracteriza a periferia. Por outro, sob a forma de investimento direto, não só financiaria o crescimento econômico, como seria portador de inovações tecnológicas necessárias para o choque de produtividade, que, em conjunto com as políticas sociais compensatórias, completaria o “jardim do Éden” periférico, possibilitando elevação dos padrões de vida e redução das desigualdades. Restaria à periferia implementar a abertura e a desregulamentação dos mercados para atrair esse

corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do próprio desenvolvimento do capitalismo”.

⁹ O caso do recente “milagre” asiático é característico. Embora esses países tenham optado por maior soberania em suas inserções externas ativas, isso não resolveu o caráter dependente de suas economias, lembrado e repostado pela crise de 1997.

¹⁰ Assim como nas origens da teoria do desenvolvimento, quando o subdesenvolvimento era mero estágio para a modernidade, a culpa pela situação de subdesenvolvimento seria responsabilidade única e exclusiva de “escolhas” erradas dos próprios países dependentes.

capital externo¹¹. Desenvolvimento capitalista associado e neoliberalismo são termos distintos para uma mesma proposta. Como a década de 90 é considerada “mais do que perdida” para a economia latino-americana, justamente por conta da aplicação deste tipo de perspectiva, isso dispensa maiores comentários críticos a essa interpretação da interdependência.

O importante a reter é que, dados os condicionantes histórico-estruturais da dependência, reforçados pela própria dinâmica de acumulação mundial, a resposta periférica para o desenvolvimento capitalista está baseada na superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, na distribuição regressiva da renda e da riqueza, assim como no aprofundamento dos problemas sociais.

3-Dialética do capital fictício: (dis)funcionalidade do capital fictício para a acumulação

A essa dinâmica de acumulação de capital na periferia agrega-se, com maior força na atualidade, o desenvolvimento e dialética do capital fictício.

O capital fictício pode ser entendido como um desdobramento (complexificação) do capital portador de juros. O desenvolvimento da autonomização das formas do capital, e a separação entre o capital-propriedade e o capital-função, permitem o aparecimento do que Marx chamou de mercadoria-capital¹². É possível, a partir disso, que o capitalista-proprietário abdique de utilizar seu capital-dinheiro como meio para inserir-se no processo de produção de mercadorias e empreste seus recursos para outro capitalista que pretenda fazê-lo. Esse capital-função entrará no processo de circulação do capital, comprando meios de produção e contratando força de trabalho, produzindo mercadorias com um valor acrescido, um excedente ou mais-valia, e vendendo estas mercadorias. A partir do resultado obtido, com a realização da mais-valia, este capital-função poderá pagar o seu empréstimo, acrescido dos juros (remuneração do capital-propriedade, ou seja, do capital portador de juros), e mesmo assim poderá apropriar-se de um lucro. Juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital-função.

¹¹ A proposta da nova Cepal, expressa na *Reforma das Reformas e Transformação Produtiva com Equidade*, guarda insignificante distância com essa perspectiva, como pode ser constatado em Ocampo (1999), Ffrench-Davis (1999), Cepal (1990) e Cepal (1998).

¹² Marx (1985, livro III, capítulo 21) desenvolve estas categorias dentro da temática do capital portador de juros. Especificamente sobre o capital fictício, os capítulos 25, 27, e 29 são a referência principal.

O desenvolvimento desse processo faz com que todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros apareça como o resultado da propriedade de um capital, isto é, da propriedade de um capital portador de juros. Do ponto de vista do indivíduo, trata-se realmente de capital para o seu proprietário, dado que ele consegue um rendimento em determinado período. A partir dessa remuneração, para uma certa taxa de juros, obtém-se um montante de capital através do que se chama *capitalização*¹³. Entretanto, do ponto de vista da totalidade da economia capitalista, esse capital é fictício, uma vez que ele tem como base a participação de títulos de crédito em rendimentos futuros, que podem nem se realizar; além do que, o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação¹⁴.

Assim, do ponto de vista individual trata-se de capital para seu proprietário, mas do ponto de vista do capital global é fictício. Entretanto, o caráter fictício desse capital não lhe retira influência sobre a acumulação de capital; sua lógica interfere na dinâmica da acumulação. Essa interferência é, como a própria dinâmica capitalista, contraditória, dialética. A dialética do capital fictício está relacionada a sua (dis)funcionalidade para o processo de acumulação de capital.

Como todo o processo de autonomização das formas do capital, o capital fictício apresenta uma funcionalidade para a acumulação de capital. A sua centralização por parte do capital bancário¹⁵ permite o funcionamento de atividades produtivas que, de outra forma, teriam que esperar muito tempo para serem implementadas. Além disso, essa forma autonomizada promove a liberação de capital para o processo produtivo, uma vez que recursos que seriam gastos para a compra de meios de produção e força de trabalho, assim como para cobranças de mercadorias vendidas e ainda não pagas, não precisam mais se

¹³ *Capitalização* seria assim a formação do capital fictício. A partir de um determinado rendimento que, aplicando-se à taxa de juros vigente, forma um montante de recursos (capital), independentemente do fato desse capital existir ou não (Marx, 1985, vol. V: 05).

¹⁴ O caráter autônomo da circulação do capital fictício é explicitado quando a cotação dos papéis supera o valor do capital industrial em que foi transformado o capital-dinheiro, e oscila com independência desse capital industrial em movimentos puramente especulativos.

¹⁵ Que não precisa se restringir à instituição financeira bancária. Instituições financeiras não-bancárias podem perfeitamente cumprir essa função, como ocorre na atualidade. A categoria *capital bancário*, nesse sentido, não pode ser confundida com a instituição concreta *banco*.

ocupar dessas funções, permitindo ao capital produtivo individual ocupar-se apenas do processo produtivo¹⁶.

Isso permite a maior acumulação global de capital, a redução do tempo de rotação do mesmo e, portanto, o aumento da taxa de lucro por período. A rotação do capital, reduzindo o tempo de seu ciclo, é uma resposta da economia capitalista à redução da taxa de lucro, imposta por seu próprio funcionamento de crise cíclica. O capital fictício, nesse momento, pode contribuir com essa resposta do capital para sua própria crise¹⁷.

Todavia, o capital fictício não produz apenas benesses para a dinâmica de acumulação de capital. Ele possui a funcionalidade descrita, mas possui uma disfuncionalidade que não pode ser negligenciada. O capital fictício, do ponto de vista individual, por si só não é capaz de produzir valor excedente, mais-valia, pelo simples fato de que não entra no processo produtivo. O que ele faz é possibilitar/facilitar o financiamento do capital produtivo, em alguns momentos específicos. A sua lógica diz respeito à apropriação do excedente (via juros), não a sua produção, embora ele contribua indiretamente – via rotação do capital global – para o aumento da acumulação. Assim, se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise.

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfuncionalidade do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)funcionalidade, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital.

¹⁶ O capital comercial autonomizado permite o mesmo no que se refere à comercialização das mercadorias produzidas. Aliás, o capital portador de juros e o capital fictício, enquanto operados pelo capital bancário, podem ser entendidos como desdobramentos dialéticos do capital de comércio de dinheiro.

¹⁷ “O período recente da expansão americana só foi possível através da transferência de mais-valia produzida em todo o mundo e pela gigantesca expansão do capital fictício, o que mascarou a pressão decrescente da taxa de lucro” (Nakatani, 2002: 01).

Qual é a relação dessa característica, inerente ao funcionamento do modo de produção capitalista, com a possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, baseada na superexploração da força de trabalho?

A superexploração da força de trabalho por arrocho salarial e/ou elevação da jornada e da intensidade do trabalho faz com que se produza uma maior massa de mais-valia em relação ao valor criado no processo produtivo, aumentando a taxa de mais-valia. Quando esse maior excedente é apropriado em maior proporção pelo capital produtivo, são criadas as condições para a acumulação de capital acelerada, “virtuosa”¹⁸. Por outro lado, quando a lógica de apropriação do excedente se amplia, sob a lógica do capital fictício, que não contribui diretamente na produção desse excedente, a mais-valia passa a ser apropriada cada vez mais em termos financeiros do que produtivos. Maior remuneração financeira (manifestada em altas taxas de juros, por exemplo) do que taxa de lucro do capital produtivo incentiva os capitais individuais a se transferirem para essa primeira esfera, a operar segundo a lógica do capital fictício. Isso deprime ainda mais a taxa de lucro do capital produtivo, uma vez que se tem menor produção de excedente, definindo um círculo vicioso de acumulação de capital travada.

Assim, a acumulação de capital “virtuosa” expande as fases ascendentes do ciclo, impulsionadas pela funcionalidade do capital fictício, enquanto que a acumulação de capital travada aprofunda a fase descendente – crise – complexificada pela disfuncionalidade do capital fictício.

Essa dialética do desenvolvimento periférico permite entender, por exemplo, o que ocorreu na economia da América Latina durante os anos 90. Nos poucos períodos em que o capital fictício foi funcional à acumulação de capital, acelerando sua rotação e financiando investimentos produtivos, as economias apresentaram um leve crescimento. Entretanto, durante a maior parte do período, a região apresentou uma dinâmica de acumulação de capital travada, de forma que a elevação da taxa de mais-valia por intermédio da superexploração da força de trabalho não se transformou em maior ritmo de acumulação de capital, porque a apropriação financeira pelo capital fictício reduziu as taxas de lucro do capital produtivo, principal incentivo para a acumulação de capital.

¹⁸ Obviamente, o “virtuoso” aqui diz respeito aos interesses do capital que aumenta o ritmo de sua acumulação com maiores taxas de lucro. Do ponto de vista da força de trabalho, sua superexploração redundava, como visto, em distribuição regressiva da renda e da riqueza e na ampliação das mazelas sociais.

A década mais do que perdida para a região, como ficou conhecido o período, combinou superexploração da força de trabalho com uma acumulação de capital travada.

Bibliografia

- Cardoso, F.H. & Faletto, E. (1970) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.
- CEPAL (1998) América Latina y El Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial. Fondo de Cultura Económica, 2ª. Edição, Santiago.
- CEPAL (1990) Transformación Productiva con Equidad: la tarea prioritária del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. Santiago.
- Ffrench-Davis, R. (1999) Macroeconomía, Comercio y Finanzas: para reformar las reformas en América Latina. CEPAL-McGraw-Hill, Santiago.
- Frank, A. G. (1980) Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repassando a teoria da dependência. Editora Brasiliense, São Paulo.
- Marini, R. M. (1992) América Latina: dependência e integração. Ed. Brasil Urgente.
- Marini, R. M. (1977) Dialéctica de la Dependencia. Serie Popular Era, 3ª. edição, México.
- Marx, K. (1985) O Capital: crítica da economia política. Ed. Nova Cultural, São Paulo.
- Nakatani, P. (2002) A Crise Atual do Sistema Capitalista Mundial. VII Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, Curitiba.
- Ocampo, J. A. (1999) La Reforma del Sistema Financiero Internacional: um debate em marcha. Fondo de Cultura Económica – CEPAL, Chile.
- Santos, T. dos (2000) A Teoria da Dependencia: balanço e perspectivas. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Santos, T. dos (1970) The Structure of Dependence. The American Economic Review, Nova York.